

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.133 - GO (2018/0308164-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA**
PROCURADORE : **RENATA BARBOSA COELHO ROCHA DA COSTA** -
S **GO026773**
FÁBIO CAMARGO FERREIRA - **GO024663**
AGRAVADO : **CLAUDIONOR RIBEIRO DA SILVA**
AGRAVADO : **LEONICE ANTUNES DE OLIVEIRA SILVA**
ADVOGADO : **DANILO AUGUSTO VINHAL** - **GO037342**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RECURSO INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO DE JULGAMENTO DE QUESTÃO INTERLOCUTÓRIA. PROLAÇÃO SUPERVENIENTE DE SENTENÇA. JULGAMENTO FAVORÁVEL À PARTE RECORRENTE. PERDA DE OBJETO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Pelo despacho de e-STJ fl. 237 fiz ver que o agravo epigrafado adviera num contexto em que o Tribunal "a quo" havia julgado agravo de instrumento tirado contra decisão interlocutória proferida em **ação de desapropriação indireta processada sob o n. 198015-65.2014.8.09.0011** (201401980150), cujo andamento, conforme consulta ao endereço eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Goiás, indicava ter havido a prolação da sentença de extinção processual com resolução de mérito fundada na prescrição da pretensão indenizatória, isso na data de 10/10/2018.

Assim, por verificar que essa sentença acolhia os interesses da ora agravante, inclusive ante o julgamento com resolução de mérito, determinei, imbuído do dever de cooperação e de boa-fé processual, a intimação de ambas as partes para que se manifestassem sobre a questão, no prazo de cinco dias.

A despeito disso fez-se silêncio nos autos, o que não impede, contudo, o implemento da quadra aventada, isto é, da perda de objeto.

Forte nisso, com fulcro no art. 932, inciso III, do CPC/2015, e no art. 253, parágrafo único, inciso I, do RISTJ, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator